



**AO SENHOR DIRETOR-GERAL DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**
Dr. Raimundo Vieira

CEB SEGURANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.525.326/0001-00, com sede Rua José Ribeiro da Silva, nº 351, Quadra L, Lote 15, Térreo, Ipitanga, Lauro de Freitas - BA, CEP 42.706-640, por meio do seu Sócio Único: Sr. Carmelito Nascimento da Conceição, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 349.050.145-49, detentor do RG nº 245142177-SSP/BA, residente e domiciliado em Salvador - BA, participe do **PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 90026/2024**, vem, respeitosamente, apresentar

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO
COM FULCRO NO
“PRINCÍPIO DA AUTUTUTELA”

expondo e requerendo o que se segue:

CARMELITO
NASCIMENTO DA
CONCEICAO:3490
5014549

Assinado de forma digital por CARMELITO
NASCIMENTO DA CONCEICAO:34905014549
Data: 2024.11.21 18:30:32 -03'00'

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.
CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055
CNPJ: 15.525.326/0001-00



**DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA
DE “DIRECIONAMENTO DO
CERTAME”:**

1. Esta Autoridade – acatando parecer da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos - determinou a DESCLASSIFICAÇÃO da empresa “CEB SEGURANÇA LTDA.” no Pregão Eletrônico nº 90026/2024, isto **considerando o não atendimento à exigência da condição de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz.**

2. Ocorre que, das 19 (dezenove) empresas partícipes do certame, apenas 01 (uma) empresa possui a “Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizes” emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Assim:

COLO- CAÇÃO	EMPRESA	Situação em relação ao percentual mínimo
1ª	CEB SEGURANÇA LTDA	INFERIOR
2ª	ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA	INFERIOR
3ª	AVI SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA	SUPERIOR
4ª	EXSEG SEGURANÇA PRIVADA LTDA	INFERIOR
5ª	GESTALT VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	INFERIOR
6ª	AMAZON SECURITY LTDA	INFERIOR
7ª	CONSTRUTORA ALVES	DESOBRIGAD

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.

CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055

CNPJ: 15.525.326/0001-00

CARMELITO
NASCIMENTO DA
CONCEICAO:349
05014549

Assinado de forma digital
por CARMELITO
NASCIMENTO DA
CONCEICAO:34905014549
Dados: 2024.11.21 18:30:17
-03'00'



	CARVALHO LTDA	O (ME/EPP)
8ª	CIVIL SEGURANÇA LTDA	DESOBRIGAD O (ME/EPP)
9ª	MAP SERVIÇOS DE SEGURANÇA	INFERIOR
10ª	TKS SEGURANÇA PRIVADA LTDA	INFERIOR
11ª	INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA	INFERIOR
12ª	PROSEVIG - PROTEÇÃO E VIGILÂNCIALTDA	INFERIOR
13ª	TITA VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA	DESOBRIGAD O (ME/EPP)
14ª	IMPÉRIO SECURITY VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	DESOBRIGAD O (ME/EPP)
15ª	PARCEIRO SEGURANÇA LTDA	DESOBRIGAD O (ME/EPP)
16ª	VIGSEG VIGILANCIA E SEGURANÇA DE VALORES LTDA	INFERIOR
17ª	GENERAL SECURITY VIGILÂNCIA LTDA	INFERIOR
18ª	GUARDSECURE SEGURANÇA EMPRESARIAL LTDA	INFERIOR
19ª	PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA	INFERIOR

CARMELITO
NASCIMENTO DA
CONCEICAO:3490
5014549

Assinado de forma digital
por CARMELITO
NASCIMENTO DA
CONCEICAO:34905014549
Dados: 2024.11.21 18:30:04
-03'00'

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.

CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055

CNPJ: 15.525.326/0001-00



3. O que é pior, a única empresa que possui a “Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes” emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego é a **“A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.”** – que é a atual prestadora do serviço há 06 anos (05 anos do contrato regular e 01 ano de “Contratação Emergencial”).

4. Assim, caso este conceituado órgão desclassifique as empresas participantes do certame que possuam não possuam aprendizes, ou, possuam em número inferior ao percentual mínimo (5%) a presente licitação parecerá **DIRECIONADA** a “A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.”.

5. Ainda, o provável direcionamento do certame à empresa “A.V.I.” causará enorme **PREJUÍZO AO ERÁRIO**. Sim, porque há uma diferença entre as propostas de preço da “CEB” e da “AVI” de **R\$ 148.682,56 em 24 meses** ($R\$ 14.498.014,0000 - R\$ 14.349.331,4400 = R\$ 148.682,56$), e, considerando-se que, de acordo com o Art. 108 da Lei 14.133/2021, o contrato poderá ser renovado até completar **10 (dez) anos**, a diferença será de **R\$ 743.412,80** ($R\$ 74.341,28$ ao ano X 10 anos). Efetivamente, não pode esta Administração permitir o desperdício de um valor que vai variar de **R\$ 148.682,56 a R\$ 743.412,80**, por desclassificar ilegalmente a “CEB SEGURANÇA LTDA.”.

CARMELITO
NASCIMENTO DA
CONCEICAO:3490
5014549
Assinado de forma digital por CARMELITO
NASCIMENTO DA CONCEICAO:34905014549
Dados: 2024.11.21 18:29:51 -03'00'

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.

CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055

CNPJ: 15.525.326/0001-00



6. Em que pese não questionarmos em tempo algum a lisura deste Ilustre DIRETOR-GERAL DO TRE/BA, digno de nosso respeito e consideração, o fato é que a desclassificação da “CEB SEGURANÇA LTDA.”, por não atender à exigência da condição de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz - isto quando apenas a “A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.”, que é a atual prestadora do serviço a 06 anos (05 anos do contrato regular e 01 ano de “Contratação Emergencial”) – faz parecer que há “Direcionamento do Certame” para a referida empresa, que inevitavelmente restará declarada como vencedora do certame.

7. Assim é que, valendo-se do “**DIREITO DE PETIÇÃO**” – assegurado pelo Art. 5º, XXXIV, alínea “a” da Constituição Federal - vem a “CEB SEGURANÇA LTDA.”, perante este douto DIRETOR-GERAL DO TRE/BA, com fulcro no “**PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA**”, requerer a **RECONSIDERAÇÃO** da decisão que determinou a DESCLASSIFICAÇÃO da empresa “CEB SEGURANÇA LTDA.” no Pregão Eletrônico nº 90026/2024, isto considerando o não atendimento à exigência da condição de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz.

8. Efetivamente, constatando a Administração Pública equívoco em Ato Administrativo, é seu DEVER exercer o “**PODER DA AUTOTUTELA**” para efetuar a retificação.

CARMELITO
NASCIMENTO DA
CONCEICAO:3490
5014549

Assinado de forma digital
por CARMELITO
NASCIMENTO DA
CONCEICAO:34905014549
Dados: 2024.11.21 18:29:32
-03'00'

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.

CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055

CNPJ: 15.525.326/0001-00



9. Veja-se que, quanto ao **“PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA”**, nos ensina o juspublicista José dos Santos de Carvalho Filho *in* “Manual do Direito Administrativo”, 16ª Edição, Lumen Juris Editora que:

“A Administração Pública comete equívocos no exercício de sua atividade, o que não é nem um pouco estranhável em vista das múltiplas tarefas a seu cargo.

Defrontando-se com esses erros, no entanto, pode ela mesma revê-los para restaurar a situação de regularidade.

Não se trata apenas de uma faculdade, mas também de um dever, pois que não se pode admitir que, diante de situações irregulares, permaneça inerte e desinteressada.

Na verdade, só restaurando a situação de regularidade é que a Administração observa o princípio da legalidade, do qual a autotutela é um dos mais importantes corolários.

Não precisa, portanto, a Administração ser provocada para o fim de rever seus atos. Pode fazê-lo de ofício. Aliás, não lhe compete apenas sanar as irregularidades; é necessário que também as previna, evitando-se reflexos prejudiciais aos administrados ou ao próprio Estado. (LANDI e POTENZA, “Manual di Diritto Amministrativo”, p. 588.)”.

Registre-se, ainda, que a autotutela envolve dois aspectos quanto à atuação administrativa:

CARMELITO
NASCIMENTO DA
CONCEICAO:34905
014549

Assinado de forma digital por
CARMELITO NASCIMENTO DA
CONCEICAO:34905014549
Dados: 2024.11.21 18:29:19
-03'00'

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.
CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055
CNPJ: 15.525.326/0001-00



- aspectos de legalidade, em relação aos quais a Administração, de ofício, procede à revisão de atos ilegais; e
- aspectos de mérito, em que reexamina atos anteriores quanto à conveniência e oportunidade de sua manutenção ou desfazimento.

A capacidade de autotutela está hoje consagrada, sendo, inclusive, objeto de firme orientação do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, que a ela faz referência nas clássicas Súmulas nº 346 e 473. Assim:

STF - Súmula 346: “A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”.

STF Súmula 473: “A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

10. Efetivamente, o “PODER DA AUTOTUTELA” impõe à Administração Pública um verdadeiro **DEVER** de zelar pela legalidade de seus atos, sendo **OBRIGATÓRIA** sua atuação para invalidá-los quando verificada a existência de vícios, como no presente caso.

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.

CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055

CNPJ: 15.525.326/0001-00

CARMELITO
NASCIMENTO DA
CONCEICAO:3490
5014549

Assinado de forma digital
por CARMELITO
NASCIMENTO DA
CONCEICAO:34905014549
Dados: 2024.11.21 18:29:07
-03'00"



DO PEDIDO:

11. Assim, ante tudo o quanto exposto neste petitório, roga-se a este douto DIRETOR-GERAL DO TRE/BA que REVOGUE a decisão que determinou a DESCLASSIFICAÇÃO da empresa “CEB SEGURANÇA LTDA.” no Pregão Eletrônico nº 90026/2024, e, por via de consequência, esta tenha os serviços ADJUDUCADOS E HOMOLOGADOS e para si.

Termos em que,
Pede deferimento.

Salvador, 21 de novembro de 2024.

CARMELITO
NASCIMENTO DA
CONCEICAO:349050145
49

Assinado de forma digital por
CARMELITO NASCIMENTO DA
CONCEICAO:34905014549
Dados: 2024.11.21 18:28:43
-03'00'

CEB SEGURANÇA LTDA.
- Carmelito Nascimento da Conceição -
- Sócio Único -

DOCUMENTOS ACOSTADOS:

“Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes” emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego das 19 (dezenove) empresas partícipes do PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 90026/2024.

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.
CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055
CNPJ: 15.525.326/0001-00

Assunto: Re: Decisão recurso Pregão Eletrônico n.º 90026/2024 TRE-BA
De: Ceb Segurança <operacionalceb@gmail.com>
Data: 21/11/2024 18:34
Para: TRE-BA/Núcleo de Pregoeiros <nup@tre-ba.jus.br>
CC: rpaz@tre-ba.jus.br, protocolo@tre-ba.jus.br

Prezados Senhores,

Segue apenso pedido de reconsideração concernente à decisão recebida na data de desclassificação dessa CEB Segurança no Pregão Eletrônico nº 90026/2024..

Att,
Carmelito Nascimento

CEB SEGURANÇA LTDA

R. Dr. José de M. Guedes Alcoforado, 137
Bairro Novo - Olinda/PE - CEP: 53.030-120
Fone: (0xx81) 3011.1802

Em qui., 14 de nov. de 2024 às 19:19, TRE-BA/Núcleo de Pregoeiros <nup@tre-ba.jus.br> escreveu:
À CEB SEGURANCA LTDA,

Notificamos essa CEB SEGURANCA LTDA para que tome ciência da decisão do Diretor Geral do TRE-BA que julgou procedente o recurso interposto pela empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA e procedente em parte o recurso interposto pela empresa A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, contra a decisão do pregoeiro que habilitou a empresa CEB SEGURANÇA LTDA como vencedora do Pregão Eletrônico n.º 90026/2024, conforme parte dispositiva abaixo reproduzida:

"DECISÃO nº 3123998 / 2024 - PRE/DG/ASSED

1. Tramitam os autos para apreciação de recursos interpostos pelas empresas ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. e A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA. contra a decisão do pregoeiro que habilitou a empresa CEB SEGURANÇA LTDA. como vencedora do Pregão Eletrônico n.º 90026/2024, documentos n.os 3105160 e 3105171.
2. A licitante ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. argumentou que a empresa CEB SEGURANÇA LTDA. não cumpre o requisito de reserva de cota mínima de cargos aprendiz, que declara cumprir, e que, portanto, emitiu declaração falsa. Anexou à petição print de certidão, documento n.º 3105160, p. 2.
3. Do mesmo modo ao quanto acima alegado, a empresa A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA. defendeu a inobservância pela CEB SEGURANÇA LTDA. das normas relativas à contratação de aprendizes, encartando, para tanto, certidão acostada às fls. 17 e 18 do documento n.º 3105171, expedida pela Secretaria de Inspeção de Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego, certificando

que a empresa CEB SEGURANÇA LTDA "...empregava, em 18/10/2024, aprendizes em número INFERIOR ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT." . Também questionou outras ilicitudes, relativamente à Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP) apresentada, assim como sobre a ausência de registro do Balanço Patrimonial no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

4. As contrarrazões foram apresentadas pela recorrida em documentos n.os 3105168 e 3105172, em que defendeu, principalmente, o afastamento da obrigatoriedade de contratação de jovens aprendizes, sob alegação de incompatibilidade da exigência com sua área de negócio. Também defendeu as demais alegações apresentadas. Conforme trecho das contrarrazões encartadas em documento n.º 3105172, de teor semelhante àquela em documento n.º 3105168, a empresa CEB SEGURANÇA LTDA afirmou:

(...)

11. Para a “CEB SEGURANÇA”, a segurança da operação é prioridade, assim, não designa aprendizes para funções que envolvem o uso de armas de fogo e exposição a situações de risco.

12. Outrossim, urge ressaltar que o Art. 428 da CLT dispõe que o aprendiz deve estar inscrito em “programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica”, quais sejam, SENAI / SENAC / SENAR / SENAT SESCOOP, etc.

13. Ocorre que o “Curso de Formação de Vigilante” só pode ser realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado pela Polícia Federal, ou seja, não é possível fazer o “Curso de Formação de Vigilante” por meio de parcerias com quaisquer dos “Cursos Nacionais de aprendizagem” acima citados.

14. Ainda, ante a impossibilidade de se contratar aprendiz para o “Serviço de Vigilância”, o Edital, especificamente em seu “ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO” - não impugnado pelas empresas Recorrentes – não trouxe a previsão de contratação de aprendiz.

15. Também não se diga que no escritório administrativo da “CEB SEGURANÇA” haveria a necessidade de contratação de menor aprendiz. Isto porque o Art. 429 da CLT determina que: “Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional”.

16. Ora, as funções executadas no escritório administrativo da “CEB SEGURANÇA” são: “Setor de Recurso Humanos”, “Setor Comercial” e “Setor Operacional”, funções estas que não demandam formação profissional, estando, desta forma, inclusas na exceção prevista do supracitado Art. 429 da CLT.

DA JURISPRUDÊNCIA TRAZIDA PELA RECORRENTE/A.V.I:

17. A Lei no 7.347/1985 - Lei da Ação Civil Pública – em seu Art. 16 é clara ao determinar que a Sentença fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator.

18. A Jurisprudência trazida pela Recorrente/A.V.I. se refere a um processo do município de “BOA VISTA – RORAIMA”.

19. O entendimento trazido na multicitada Jurisprudência trazida pela Recorrente/A.V.I. - de que os efeitos da coisa julgada nas ações coletivas seguem o disposto no art. 103 do Código de Defesa do Consumidor - e, assim, não restringiriam a abrangência da condenação proferida em sede de ação civil pública aos limites da competência territorial do órgão prolator da decisão, se caracteriza como decisão teratológica porque eivada de flagrante ilegalidade.

20. Da simples leitura do “Código de Defesa do Consumidor” veremos que a citada interpretação para se ampliar a abrangência da Sentença a fim de que esta faça coisa julgada erga omnes, sem

limites de competência territorial do órgão prolator se refere única e exclusivamente às Ação Coletivas de que trata o “Código de Defesa do Consumidor”. Assim:

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada:

I - erga omnes, ...

21. Sem sombra de dúvidas, não há qualquer respaldo legal que obrigue este órgão a seguir a multicitada Jurisprudência trazida pela Recorrente/A.V.I. DA “DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI PARA APRENDIZ”:

22. Quanto a “Declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz”, temos que o Edital, em seu Item 12.1, “e”, exige esta somente “quando cabível”, o que já – como já exaustivamente demonstrado - não o é nos casos de contratação de “Serviço de Vigilância”. (grifos nossos)

(...)

5. O pregoeiro se pronunciou em documento n.º 3114247, pelo não provimento dos recursos, entendendo se tratar de situação similar àquela tramitada no SEI 0020872-45.2023.6.05.8000, e manutenção da empresa CEB SEGURANÇA LTDA como vencedora do certame.

6. Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos - ASJUR1 opinou em Parecer n.º 654, documento n.º 3120494, nos seguintes termos, conforme trecho do opinativo a seguir em destaque:

(...)

2. Em suas razões, apresentadas no documento n.º 3105160, a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. argumenta que a empresa habilitada não atende os requisitos impostos pelo instrumento convocatório, especialmente a condição 12.1.1, vez que não cumpriria a cota de jovem aprendiz.

2.1. Aduz que, nada obstante a recorrida tenha assinado declaração em campo próprio no sistema eletrônico, afirmando, sob as penas da lei, que cumpre a reserva de cargos para aprendizes, após consulta feita na webpage do Ministério do Trabalho, em 16.10.2024, constatou-se que a CEB SEGURANÇA LTDA. não satisfaz as condições nos moldes que afirma.

2.2. Assevera que o argumento da recorrida segundo o qual não pode ser cobrado o cumprimento da reserva de cargos para empresas de vigilância não deve prosperar e que a Convenção Coletiva da categoria dispõe que as empresas, respeitadas as restrições profissionais, os aspectos de segurança e integridade do trabalhador e as disponibilidades do mercado de trabalho, devem cumprir a lei e realizar a contratação de jovem aprendiz.

2.3. Por fim, após ressaltar o dever da Administração de cumprir as normas e condições do edital, classifica como gravosa a conduta da empresa recorrida, que teria apresentado documento com conteúdo sabidamente falso, numa tentativa de ludibriar Administração Pública e prejudicar seus concorrentes, defendendo, além da reforma da decisão que habilitou a CEB SEGURANÇA LTDA., a instauração do competente procedimento de apuração com vistas à aplicação de penalidade.

3. A A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., no documento n.º 3105171, requer a desclassificação da CEB SEGURANÇA LTDA., de igual modo, pela inobservância das normas relativas à contratação de aprendizes, previstas no Decreto nº 9.579/2018.

3.1. Ademais, afirma que a decisão que habilitou a CEB SEGURANÇA LTDA. não foi fundamentada em dispositivo legal, uma vez que o cumprimento das obrigações relacionadas à reserva de cargos para aprendizes é requisito imposto normativamente, destacando entendimento do Tribunal Superior do Trabalho nesse sentido.

3.1.1. Alerta acerca de responsabilidade solidária ou subsidiária deste Regional, reproduzindo a

disposição do art. 121, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021, e sustenta que devem ser adotadas as medidas cabíveis para a declaração de inidoneidade da CEB SEGURANÇA LTDA, haja vista ter prestado declaração falsa.

3.2. Aponta, no tocante à composição das horas extras, que foram integralmente copiados pela recorrida os valores do edital, sem que tenham sido apresentados cálculos detalhados com base em suas próprias obrigações trabalhistas e percentuais, pontuando que, sendo adotada pela empresa Convenção Coletiva de Trabalho diversa daquela observada na composição de preços elaborada pela Administração, os valores das horas extras deveriam ser menores, registrando, ainda, que não foi evidenciada a composição detalhada dos valores de uniformes, materiais e equipamentos por item cotado, circunstância que, segundo entende, comprometeria a análise da exequibilidade de sua proposta.

3.3. Informa que a empresa recorrida incluiu em sua planilha de custos o valor referente ao cumprimento da cota de jovem aprendiz, nada obstante não cumpra a referida obrigação, o que pode configurar, em tese, enriquecimento ilícito e recordou que o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado da Bahia (SINDESP/BA) ajuizou uma ação judicial questionando a ausência da cláusula de contratação de jovens aprendizes no Edital, tendo sido liminarmente determinada a sua inclusão.

3.4. Acerca da documentação de qualificação econômico-financeira apresentada pela CEB SEGURANÇA LTDA., afirma que o Balanço Patrimonial foi entregue autenticado pela Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), sem observar a exigência de apresentação do documento no formato digital por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), ao qual estaria sujeita, conforme estabelecido no tópico 12.1.5.b.1.2 do edital.

3.5. Conclui requerendo a desclassificação da requerida do certame e a adoção das medidas cabíveis para a declaração de inidoneidade da referida empresa.

4. Em suas contrarrazões (docs. n.ºs 3105168 e 3105172), a CEB SEGURANÇA LTDA., em apertada síntese, alega que o Contrato de Aprendizagem, firmado com pessoas maiores de 14 (catorze) e menores de 24 (vinte e quatro) anos, previsto no art. 53, I, do Decreto n.º 9.579/2018 é absolutamente incompatível com a atividade de vigilante, haja vista o alto risco, e anota que a legislação específica para vigilância privada se sobrepõe à aplicação generalista das cotas de aprendizes, pois a prioridade, neste caso, é a segurança pública e a integridade dos profissionais e das pessoas envolvidas.

4.1. Afirma que o instrumento convocatório não traz a previsão de contratação de aprendiz e que a exigência insculpida na condição 12.1, "e", ressalva os casos em que há impossibilidade de cumprimento de reserva de cargos.

4.2. Quanto ao argumento segundo o qual não foram trazidos cálculos detalhados da composição das horas extras e valores de uniformes, materiais e equipamentos, esclarece a sua Planilha de Custos e Formação de Preços segue o modelo fornecido pela Administração, que não exige tal detalhamento.

4.3. Igualmente enfrentada a alegação de enriquecimento ilícito pela inclusão, em sua PCFP, do valor referente ao cumprimento da cota de jovem aprendiz, nada obstante não cumpra a referida obrigação, aduzindo que a medida foi adotada exclusivamente porque o edital exigia tal lançamento e, ainda, que o valor, considerado irrisório, foi incluído como "medida preventiva", considerando a possibilidade de alterações nas exigências contratuais.

4.4. Afirma ainda que o Balanço Patrimonial foi também registrado no Sistema Público de Escrituração Digital, anexando print.

4.5. Ao final, requereu que os recursos administrativos atravessados sejam considerados

improcedentes, mantendo-se a sua classificação.

5. O Pregoeiro, em sua manifestação, carreada no documento n.º 3114247, atestou que a licitante habilitada utilizou o modelo de PCFP disponibilizada no Anexo III do Edital, respeitando os valores mínimos referentes aos salários e horas extraordinárias. Cumpre-nos, também, recordar que, respeitados os parâmetros de preço estabelecidos no instrumento convocatório, eventuais equívocos no preenchimento da planilha não devem acarretar, de plano, a desclassificação da proposta, podendo ser oportunizada a sua correção, desde que mantido o valor originalmente ofertado. Ademais, convém pontuar que a futura contratada estará obrigada ao cumprimento das normas trabalhistas e que os custos previstos e não comprovados oportunamente serão objeto de glosa durante a execução do ajuste.

5.1. Anota-se, por oportuno, que a rubrica referente ao jovem aprendiz foi inserida na PCFP da Administração por força de determinação judicial liminar, em sentido diverso ao racional defendido por esta ASJUR1 que, na mesma linha esposada no Parecer n.º 00130/2024/PF-IFRN/PFIFRIO GRANDE DO NORTE/PGF/AGU, entende que tal custo não deve ser repassado para a Administração Pública, devendo ficar a cargo das empresas do ramo.

5.2. Foi atestada pelo Pregoeiro a adequação dos valores propostos pela CEB SEGURANÇA LTDA. para uniforme, materiais e equipamentos, bem como o necessário registro do Balanço Patrimonial da empresa no SPED, nos moldes exigidos no instrumento convocatório.

5.3. Assim, restam afastados os argumentos apresentados pela A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, referidos nos itens 3.2, 3.3. e 3.4 deste opinativo, em consonância com as justificativas apresentadas no documento n.º 3114247.

5.4. Todavia, para enfrentamento da questão em torno do descumprimento da cota reservada de cargos para aprendizes, o Pregoeiro argui que "a inovação das exigências de cotas vem trazendo, neste momento inicial da vigência da lei, dúvidas que demandam soluções ainda não amadurecidas e consolidadas pela jurisprudência e doutrina, gerando insegurança jurídica", trazendo a baila argumentos lançados por esta ASJUR1 quando do exame de processo de contratação diverso.

5.4.1. Ocorre que toda a jurisprudência colacionada, importada daqueles fólios, trata, especificamente, de situações afetas às adversidades observadas para admissão de pessoa com deficiência e reabilitados da Previdência Social, realidade fática que vem sendo registrada pelo órgãos competentes, haja vista a dificuldade de prospecção de tais profissionais, de acordo com a área de atuação das empresa. Com efeito, no caso dos autos referidos pelo Pregoeiro, a empresa não se escusou de cumprir a lei, mas, em sentido diverso, apontou os embaraços enfrentados para o seu atendimento, arguindo ainda que o seu número de funcionários gerais sofre constante variação, pelo que a respectiva certidão não refletia, necessariamente, a realidade no dia do certame (vale anotar que o ajuste pretendido por este Regional naquele caso, voltado à realização das eleições, pela sua natureza e breve duração dos serviços, admitia a contratação de mão de obra temporária, por exemplo).

5.4.2. O caso em tela, salvo melhor juízo, não se amolda aos mesmos argumentos. A recorrida refuta a obrigatoriedade de contratação de jovens aprendizes no seu ramo de atuação, quando a norma não faz esta ressalva, exceto para menores de 21 (vinte um anos) anos. Anote-se que, à vista da ampliação da faixa etária do público da aprendizagem até os 24 (vinte e quatro) anos, foi superado o impeditivo legal que dificultava a implementação da cota pelas empresas, não havendo, no nosso sentir, plausibilidade jurídica nos argumentos trazidos pela CEB SEGURANÇA LTDA. para não atender a exigência legal.

5.4.3. Assim, tendo sido cabalmente admitido o descumprimento da obrigação legal pela licitante, conforme também evidenciado em Certidão da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do

Trabalho e Emprego, a despeito de ter sido declarado o atendimento da respectiva condição, impõe-se a sua desclassificação pelo Pregoeiro e respectivos consectários legais.

É o parecer, salvo melhor juízo.

7. O edital do Pregão Eletrônico n.º 90026/2024, documento n.º 3013037, assim dispõe em sua condição 12.1.1:

12.1.1. Será verificado se a licitante apresentou por ocasião do envio da proposta, por meio do campo próprio do sistema, a seguinte documentação:

a) Declaração de que possui ciência do inteiro teor do ato convocatório e dos seus Anexos e atende aos requisitos de habilitação neles estabelecido, concordando com suas condições, e que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta,

b) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99).

c) Declaração de observância aos incisos III e V do art. 1º e de cumprimento do inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano e degradante.

d) Declaração de cumprimento das exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/2021.

e) Declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como reserva de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

12.1.1.1 A licitante responderá pela veracidade das informações contidas nas declarações apresentadas, na forma da lei, devendo manter durante a execução do contrato o cumprimento das condições habilitatórias, sob pena de extinção do contrato. (grifo nosso)

8. Portanto, a norma editalícia atende ao quanto previsto no art. 92 da Lei 14.133/2021, que estabelece:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

(...)

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

(...)

9. Por seu turno, o Decreto 9.579/2018, com alterações introduzidas pela Decreto 11.479/2023, dispõe sobre o direito à profissionalização de adolescentes e jovens por meio de programas de aprendizagem profissional, define aprendiz como “... a pessoa maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos, inscrita em programa de aprendizagem, que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do disposto no art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.”. Dispõe, ainda, que:

“Art. 53. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, exceto quando:

I - as atividades ocorrerem no interior do estabelecimento e sujeitarem os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;

10. A Lei 14.133/2021, no título das irregularidades, dispõe em seu art. 155, VIII, que o licitante será

responsabilizado por “apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato”.

11. Examinados argumentos colacionados pela licitante CEB SEGURANÇA LTDA, em sede de contrarrazões, documentos n.os 3105168 e 3105172, bem como manifestação do Pregoeiro designado, documento n.º 3114247, em face dos recursos interpostos pelas empresas ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., documento n.º 3105160, e A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., documento n.º 3105171, em cotejo com o marco regulatório supra transcrito, observa-se afastamento de supostas ilicitudes apontadas pela A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., relativamente à Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP) apresentada, bem como quanto ao registro do Balanço Patrimonial no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

12. Não obstante, no que tange à reserva de cota para aprendizes, verifica-se que, embora tenha firmado declaração eletrônica atestando adimplemento da condição inserta na alínea “e”, do item 12.1.1 do instrumento convocatório, contrariando, ainda, o quanto evidenciado em certidão emitida pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, documento n.º 3105171, p. 17-18, a recorrida intentou afastar a obrigatoriedade de contratação de jovens aprendizes, sob alegação de incompatibilidade da exigência com sua área de negócio, em que pese inexistência de ressalva legal no mesmo sentido, exceto para menores de 21 (vinte e um) anos.

13. Deste modo, lastreado no parecer n.º 654 ASJUR1, cujos fundamentos adoto e que passa a integrar a presente decisão, com base nas atribuições constantes do art. 143, VII, da Resolução Administrativa n.º 27/2024 e amparo nos arts. 92 e 155 da Lei 14.133/2021 e arts. 44 e 53, I, do Decreto 9.579/2018, com alterações introduzidas pela Decreto 11.479/2023, julgo procedente o recurso interposto pela empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., documento n.º 3105160, e procedente em parte o recurso interposto pela empresa A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, documento n.º 3105171, para, considerando o não atendimento à exigência da condição de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz e na Lei 14.133/2021, consubstanciado na manifestação da empresa admitindo o descumprimento do comando legal, conforme contrarrazões apresentadas, e consoante evidenciado na Certidão da Secretaria de Inspeção de Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego, documento n.º 3105171, p. 17-18, determinar a desclassificação da empresa CEB SEGURANÇA LTDA. do Pregão Eletrônico n.º 90026/2024. Também, em razão da apresentação de declaração falsa no Pregão, deverá ser apurada a conduta da licitante, na forma do art. 155, VIII, da Lei 14.133/2021.

14. Encaminhe-se ao Núcleo de Pregoeiros (NUP), para ciência e providências devidas, inclusive notificar as licitantes e publicar a presente decisão e parecer jurídico que a integra.

15. Cumpridas as medidas acima, o pregoeiro deverá adotar as providências com vistas ao prosseguimento do procedimento licitatório.

RAIMUNDO VIEIRA
Diretor-Geral".

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

— Anexos: —

CERTIDOES.pdf	3,0MB
PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO.pdf	529KB



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: CEB SEGURANCA LTDA

CNPJ: 15.525.326/0001-00

CERTIDÃO EMITIDA em 21/11/2024, às 14:51:43

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 18/11/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **IqAGugy7p4MtBPM**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 18/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 18/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

CNPJ: 13.343.833/0004-40

CERTIDÃO EMITIDA em 20/11/2024, às 19:46:02

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 17/11/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **1RoZ0jn1noiFMxT**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 17/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 17/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: AVI SERVICOS DE SEGURANCA LTDA

CNPJ: 07.738.828/0001-90

CERTIDÃO EMITIDA em 23/10/2024, às 12:06:08

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 18/10/2024, aprendizes em número **SUPERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **F4UKy8iLZonYc2w**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 18/10/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 18/10/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: EXSEG SEGURANCA PRIVADA LTDA

CNPJ: 21.550.729/0001-01

CERTIDÃO EMITIDA em 20/11/2024, às 22:38:16

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 17/11/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **lrckiijcGQfg7yl**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 17/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 17/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: GESTALT VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA

CNPJ: 10.634.013/0001-76

CERTIDÃO EMITIDA em 20/11/2024, às 22:35:35

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 17/11/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **y8a4F1rEzTGxIRh**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 17/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 17/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: AMAZON SECURITY LTDA

CNPJ: 04.718.633/0001-90

CERTIDÃO EMITIDA em 20/11/2024, às 22:40:13

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 17/11/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **pJV6uHzMNjsLGdu**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 17/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 17/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: CONSTRUTORA ALVES CARVALHO LTDA

CNPJ: 41.522.851/0001-81

CERTIDÃO EMITIDA em 21/11/2024, às 14:32:48

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado estava, em 18/11/2024, **DESOBRIGADO** de reservar percentual de vagas aos aprendizes, nos termos do art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **L2HYJPkbR8fzHN**a.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 18/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 18/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: CIVIL SEGURANCA LTDA

CNPJ: 26.905.846/0001-64

CERTIDÃO EMITIDA em 21/11/2024, às 14:33:42

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado estava, em 18/11/2024, **DESOBRIGADO** de reservar percentual de vagas aos aprendizes, nos termos do art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **NTRDS6gQLi3dqZg**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 18/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 18/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: MAP SERVICOS DE SEGURANCA LTDA

CNPJ: 00.435.781/0001-47

CERTIDÃO EMITIDA em 21/11/2024, às 09:40:47

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 18/11/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **CQLm7f8LSnQEte5**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 18/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 18/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: TKS SEGURANCA PRIVADA LTDA

CNPJ: 07.774.050/0003-37

CERTIDÃO EMITIDA em 20/11/2024, às 22:43:18

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 17/11/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **17MVfKUd2G15yLV**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 17/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 17/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: INTERFORT SEGURANCA DE VALORES LTDA

CNPJ: 04.008.185/0004-84

CERTIDÃO EMITIDA em 21/11/2024, às 09:42:00

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 18/11/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **AVPb2VH8klyetwb**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 18/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 18/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: PROSEVIG - PROTECAO E VIGILANCIA LTDA.

CNPJ: 04.955.192/0001-40

CERTIDÃO EMITIDA em 21/11/2024, às 09:55:53

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 18/11/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **VtC7oiN3HHj0NIw**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 18/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 18/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: TITA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

CNPJ: 16.850.970/0001-16

CERTIDÃO EMITIDA em 21/11/2024, às 09:56:13

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado estava, em 18/11/2024, **DESOBRIGADO** de reservar percentual de vagas aos aprendizes, nos termos do art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **TTs6GongVorRF0i**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 18/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 18/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: IMPERIO SECURITY VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA

CNPJ: 32.195.043/0001-66

CERTIDÃO EMITIDA em 21/11/2024, às 09:56:28

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado estava, em 18/11/2024, **DESOBRIGADO** de reservar percentual de vagas aos aprendizes, nos termos do art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **cVyYQi4KwBG3etV**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 18/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 18/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: PARCEIRO SEGURANCA LTDA

CNPJ: 34.465.201/0001-86

CERTIDÃO EMITIDA em 21/11/2024, às 09:56:42

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado estava, em 18/11/2024, **DESOBRIGADO** de reservar percentual de vagas aos aprendizes, nos termos do art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **gngRKyvsuqt iNUM**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 18/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 18/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: VIGSEG VIGILANCIA E SEGURANCA DE VALORES LTDA

CNPJ: 04.542.518/0001-08

CERTIDÃO EMITIDA em 21/11/2024, às 09:57:21

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 18/11/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **dYAeBk3LiVm8uWE**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 18/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 18/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: GENERAL SECURITY VIGILANCIA LTDA

CNPJ: 03.613.941/0001-99

CERTIDÃO EMITIDA em 21/11/2024, às 09:57:35

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 18/11/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **sgKyb0o7CQCobYr**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 18/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 18/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: GUARDSECURE SEGURANCA EMPRESARIAL LTDA

CNPJ: 42.035.097/0001-18

CERTIDÃO EMITIDA em 21/11/2024, às 09:57:54

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 18/11/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **lmDjYbMsZBgFwZm**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 18/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 18/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: PRESERVE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA

CNPJ: 11.179.264/0001-70

CERTIDÃO EMITIDA em 21/11/2024, às 09:58:14

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 18/11/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **NUIocSL1P4t7jFN**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 18/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 18/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.